



O Boletim do CBR, edição nº 97, do mês de março de 1996 publicou matéria intitulada 'CADE e Câmara Federal dão apoio à medicina de grupo' na seção "tabela da AMB" fazendo uma retrospectiva de toda a crise que envolveu a decisão do CADE em proibir a circulação da Tabela de Honorários da AMB, sob a alegação de cartelização.

... o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, órgão subordinado ao Ministério da Justiça, em julgamento realizado em sua sessão do dia 14 de fevereiro último, decidiu, acompanhando o voto da relatora, Dra. Magali Klajmick, cassar a Tabela de Honorários da Associação Médica Brasileira, proibindo a entidade de utilizar a palavra "Tabela", sob pena de multa de R\$4.134,50 a cada vez que o fizer. A decisão surpreende por vários motivos. Entre os quais o fato de que o processo contra a AMB, que fora movido pela Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, tivera início em 1.993 e somente agora, mais de dois anos passados, os integrantes do CADE – pelo menos 3 deles – demonstraram interesse na ação... A consequência imediata da decisão é que a AMB não mais poderá, a partir do momento em que foi publicada no Diário Oficial da União – o que ocorreu no dia 22 de fevereiro – aplicar, ou, mesmo divulgar sua Tabela de Honorários. Se o fizer será penalizada com a multa já mencionada...

Após cinco anos da proibição o Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem entrou com

CADE decide proibir o uso da Tabela CIEFAS

uma ação devido a utilização de uma tabela própria feita pelo CIEFAS – Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde – que era imposta como remuneração aos médicos com valores aviltantes que foi publicada e posta em prática tão logo a Tabela da AMB fora proibida. O Boletim do CBR, edição nº 163, do mês de setembro de 2001 publicou a seguinte nota na seção "Assunto Legal" informando ganho de causa provisório para o CBR face o CIEFAS pelo processo movido no CADE.

"Na segunda-feira, 16 de julho de 2001, foi publicado no Diário Oficial da União um procedimento administrativo contra o CIEFAS, a decisão de primeira instância estabelece que o CBR obteve ganho de causa provisório, visto que, caberá recurso da parte vencida. Confira abaixo, na íntegra, cópia da decisão:

Nº 643 – Ref.: Averiguação Preliminar nº 08012.001098/2001-84. Representante: Colégio Brasileiro de Radiologia. Representado: CIEFAS – Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde. Acolho a Nota Técnica de fls, exarada Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Darwin Corrêa, integrando as suas razões à presente decisão, bem como sua motivação. Considerada a suficiência de indícios de infração à ordem econômica, decido pela instauração de processo administrativo, com fim de ser apurada a existência de conduta infringente à ordem econômica, passível de enquadramento no art. 21, inciso II DA Lei nº 8.884/94, consistente em obter ou influenciar a adoção de conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes, conduta essa que tipificam as infrações definidas no art. 20, incisos I e IV do mesmo diploma

legal. Notifique-se a representada, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 33 da Lei nº 8.884/94 e no art. 13 da Portaria nº 849, de 22 de setembro de 2000."

No Boletim do CBR, edição nº 165, do mês de novembro de 2001, foi publicado na seção "Em Pauta" uma matéria sobre o Simpósio de Regulamentação dos Planos de Saúde. O trecho abaixo exemplifica bem como o CIEFAS relacionava-se com seus parceiros comerciais.

"Confira a seguir as impressões de um dos participantes do simpósio, o Dr. Lúcio Antonio Prado Dias, diretor de Economia Médica da AMB e presidente da Academia Sergipana de Medicina:

'Um médico leva a outro...' A frase é de Millôr Fernandes e foi repetida pelo Presidente nacional do CIEFAS – Comitê de Integração das Entidades Fechadas de Assistência à Saúde, José Antonio Diniz de Oliveira, no Simpósio sobre Regulamentação dos Planos de Saúde, ocorrido recentemente em Brasília.

Poderia ter sido mais uma dessas frases de efeito se nela não estivesse contido, no bojo de sua conferência, todo o seu desprezo para com a classe médica brasileira e não fosse pronunciada por uma pessoa que comanda uma entidade que congrega inúmeras empresas ditas de auto-gestão.

Querendo justificar suas dificuldades, o Presidente do CIEFAS acusou a classe médica de ser a responsável pelo incremento de seus custos e o fez de forma provocativa, grosseira e deselegante, para uma platéia seleta, com parlamentares, profissionais de saúde, representantes de diversas entidades de defesa do consumidor, procuradores, gestores de saúde, entre outros.